

PARECER JURIDICO/2019
REFERÊNCIA: PROCESSO LICITATÓRIO
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019

A Comissão Permanente de Licitação, em atendimento ao que dispõe a Lei nº 8.666/93, no seu artigo 38, inciso VI e parágrafo único, submete à apreciação desta Assessoria o Edital e a Minuta do Contrato Administrativo, referente ao procedimento licitatório, TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019, que tem como objetivo a **Execução de Serviços de Adequação de estradas vicinais no município de Jurema – PI**, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.


Na análise inicial dos autos do processo, constam todos os documentos requeridos pela lei nº 8.666/93, suficientes para desencadear regularmente o procedimento, tais como: requisição formulada pelo órgão interessado, com a completa discriminação e especificações do objeto; informação do setor financeiro atestando existência de recursos para a realização da despesa; cópia do edital, com os respectivos anexos; cópia da Minuta do Contrato Administrativo.

O relatório, passamos a opinar.

A elaboração do edital, referente ao procedimento administrativo em análise, seguiu todos os requisitos formais e materiais previstos em lei, especialmente ao que dispõe os artigos 40 e 43 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, oferecendo oportunidade de concorrência e seguindo todos os princípios preconizados nos diplomas legais anteriormente citados. Quanto a análise dos documentos bem como da proposta de preços apresentadas na data de abertura da licitação, conforme consta da ata da sessão ficou demonstrado que tudo ocorreu dentro da normalidade e de acordo o previsto na Lei nº 8.666/93, inclusive houve abertura de prazo para manifestação através de recurso por parte das licitantes quanto a classificação de propostas. Desta forma, esta assessoria jurídica recomenda ao gestor municipal a homologação do certame à empresa CONSTRUTORA TAMANDUÁ LTDA - EPP, CNPJ Nº 26.672.417/0001-94 apresentou o menor global no valor de **R\$ 983.659,13 (Novecentos e oitenta e três mil seiscentos e cinquenta e nove reais e treze centavos)**, validando assim o termo adjudicatório, e por fim proceda a CPL os trâmites legais para contratação da empresa vencedora. É o parecer, salvo melhor juízo.

Retorne-se à Comissão Permanente de Licitação.

Jurema, PI, 15 de Julho de 2019.



PEDRO DE ALCANTARA RIBEIRO
Assessor Jurídico do Município
OAB/PI – 2.404